

A DINÂMICA POLÍTICA MARANHENSE NOS TEMPOS DO TRABALHISMO

Manoel Afonso Ferreira Cunha¹

Resumo: o objetivo deste trabalho é discutir a dinâmica política do Estado do Maranhão durante o período trabalhista, popularmente conhecido como populismo. Diante disso, como forma de subsidiar tal debate, refletiremos acerca dos aspectos teóricos que sobressaltam a historiografia do tema. Neste sentido, serão problematizadas algumas questões relativas aos conceitos de trabalhismo, populismo e nacional-estatismo. Em vista disso, concluiremos a presente pesquisa trazendo uma análise da conjuntura política maranhense localizada nesse recorte temporal.

Palavras-chave: Maranhão; Trabalhismo; Populismo.

INTRODUÇÃO

De acordo com a proposta desta pesquisa, esse espaço textual será destinado ao debate conceitual acerca do fenômeno conhecido como nacional-estatismo, que teve na América Latina a alcunha de “populismo”. Tal época foi caracterizada por uma mudança estrutural de nossa política, economia e sociedade, representada pela transição de um país agrário-exportador para outro urbano-industrial.

O marco inicial dessa mudança se dá com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, procedendo a uma transformação na dinâmica político-social da nação. O nacional-estatismo apresentou seu apogeu entre os anos de 1930 e 1964, tempo no qual se localiza o governo do presidente da república João Goulart, principal objeto de estudo da presente pesquisa.

Ao longo daquele período o país vivia um momento caracterizado pelo emprego de um conjunto de políticas públicas que, numa dimensão historicamente particular, estava em consonância com um movimento global, resultado do enfraquecimento das grandes potências ocidentais pós Primeira Guerra Mundial. Ou seja, os países de economias periféricas buscavam estratégias de reaquecimento econômico desvinculadas da dependência direta das chamadas economias centrais.

¹ Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós Graduação História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão. Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto Superior Franciscano (IESF). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), grupo de estudos vinculado à mesma instituição. Atua na área de pesquisa em Ditadura, Imprensa e Ensino de História no Maranhão. Professor de História da rede privada de ensino.

A EXPERIÊNCIA NACIONAL-ESTATISTA BRASILEIRA: POPULISMO OU TRABALHISMO?

Os anos 1960 do século XX foram marcados pela intensificação das contradições e tensões de classes oriundas do colapso do modelo nacional-estatista, popularmente conhecido como populismo. Nesses trinta anos de industrialização sustentada por um pacto de conciliação de classes, o Brasil alterava o seu perfil socioeconômico, de caráter até então agrário-exportador, para uma essência urbana e industrial. Essa importante modificação foi reflexo da perda de hegemonia do setor oligárquico-cafeicultor, que viu na ascensão getulista o momento de consolidação da fração industrial burguesa no comando do Estado restrito².

A implantação de um setor estatal fundamentado na indústria de base acabou desenvolvendo um mercado interno cada vez mais amplo, e sendo cada vez mais atrativo ao capital estrangeiro. Para isso, era necessário um regime que associasse a nova divisão do trabalho com o processo de industrialização acelerado. Neste sentido, o historiador Jacob Gorender classifica essa hegemonia ideológica como:

O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve um elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de construção de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não a sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social. (GORENDER, 1987, p.16)

A “ilusão” do populismo, retratada pela ação de Estado como mediador dos interesses conflituosos entre classes e frações de classes, logo se tornou perceptível a partir do processo intenso de conscientização ideológica por parte dos trabalhadores

² De acordo com as elaborações teóricas do filósofo marxista Antonio Gramsci, as sociedades ocidentais apresentam um Estado em sentido amplo, ou seja, a superestrutura é o conjunto de duas esferas: a) sociedade política (ou Estado em sentido restrito): formada pelo conjunto de elementos utilizados pelas classes dominantes como substrato de detenção do poder através do monopólio do aparato coercitivo; b) sociedade civil: organismos responsáveis pela difusão de ideologias, exemplos disso são: sistema escolar, igrejas, partidos políticos, associações de classe, veículos de comunicação. Este é o espaço que as classes exercem sua hegemonia, quando dominantes, e a contra hegemonia, quando dominadas. GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

brasileiros. A trajetória de lutas e reivindicações das massas subalternas na década de 1960 estava em conflito direto com os ideais burgueses.

O desaquecimento das economias centrais incentivou, por parte de muitos países periféricos, a busca por alternativas autônomas de desenvolvimento, logo, objetivava-se superar a dependência tanto econômica quanto política em relação às grandes potências do mundo. Na América Latina esse programa tornou-se conhecido como "nacional-estatismo", tendo suas variações nacionais representadas pelo cardenismo no México, peronismo na Argentina e o trabalhismo no Brasil.

Este projeto se baseava no estabelecimento de um Estado forte, centralizado, interventor e planejador, além de organizar a vontade coletiva em prol de uma ideologia alicerçada num partido político de dimensão nacional que, através de uma liderança carismática, pudesse atender aos interesses tanto de empresários quanto de trabalhadores.

Especificamente no Brasil, revelou-se nacional por conta do financiamento estatal do setor industrial e estatista, pois, através da criação de empresas estatais, visava-se fortalecer o setor público em detrimento da esfera privada.

O nacional-estatismo ganha terreno na política brasileira num momento em que "as ideias dominantes na Primeira República não reconheciam o valor do trabalho e do trabalhador. Não havia relação entre trabalho e riqueza. O trabalhador era pobre e era bom que permanecesse nesse estado, pois somente assim ele trabalharia" (FERREIRA, 2012, p.298).

Após Revolução de 1930, com a ascensão do trabalhismo, capitaneado por Getúlio Vargas, a leitura acerca do trabalho foi sendo modificada e dissociada da noção escravocrata, muito por intermédio do próprio Estado. Agora valorizado como atividade merecedora de recompensa material, o trabalho passou a ser cada vez mais bem reconhecido dentro da sociedade como um todo. A noção de "justiça social" estava agora muito presente em todas as relações entre Estado e classes trabalhadoras. Um dos principais reflexos dessa conjuntura foi à criação das leis trabalhistas.

A regulamentação da atividade laboral infantil e feminina, a criação das férias, horas extras, pensões e aposentadorias, bem como a redução da jornada de trabalho, e outras benesses, acabaram por incentivar a elaboração da Justiça do Trabalho, mecanismo estatal responsável pela mediação das relações trabalhistas entre patrões e empregados, algo antes inexistente no Brasil.

Com o passar do tempo, o termo trabalhismo foi perdendo espaço para uma nomenclatura que se tornou conhecida até os dias atuais, o populismo. O historiador Jorge Ferreira identifica o momento que em ocorre essa mudança na leitura histórica do período:

Formulada muito lentamente nos anos 1950, foi após o golpe militar de 1964 que a teoria do populismo começou a tomar corpo e forma. De início, tratava-se de um conjunto de insultos que a direita civil-militar, vitoriosa com o golpe, dedicou aos trabalhistas: demagogia, manipulação, corrupção, entre outros. Ao mesmo tempo, as esquerdas revolucionárias igualmente passaram a desqualificar o passado anterior ao golpe: sindicatos atrelados ao Estado, manipulação de líderes burgueses de massa, falta de consciência de classe etc. Foi à publicação do livro *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, porém, que deu a consistência acadêmica que faltava ao conceito. Assim, a teoria do populismo, pelo menos até meados dos anos 1980, tornou-se hegemônica para os estudos da política brasileira no período (FERREIRA, 2012, p.311).

Trazendo uma perspectiva materialista histórica para a análise da experiência "populista" no Brasil, o historiador uruguaio René Armand Dreifuss enfatiza que:

Sob a égide do Estado Novo teve início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. O Estado tornou-se importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil (DREIFUSS, 2008, p. 31).

A crise de hegemonia³ envolvendo as frações de classes dominantes no início do século XX no Brasil foi parcialmente solucionada com o estabelecimento do Estado Novo, no qual tanto o setor agrário-exportador, quanto o urbano-industrial, se beneficiaram das benesses da máquina estatal. Isto somente foi possível por conta de algumas concessões⁴ às classes trabalhadoras.

³ A noção de hegemonia se consolida no seio da literatura marxista com propósito de refletir as diversas configurações sociais existentes nos diferentes tempos e espaços. Oriundo do berço socialdemocrata russo, e que ganha força teórica com Lênin, o conceito de hegemonia toma outras proporções a partir das elaborações de Antonio Gramsci. Superando as limitações inerentes ao materialismo vulgar, o filósofo italiano sugere uma nova relação entre estrutura e superestrutura, distanciando-se do pensamento que preconiza a primeira em detrimento da segunda. Para Gramsci, a sociedade civil, representada por seus aparelhos privados de hegemonia (associações de classe, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, Igreja, dentre outros), adquire centralidade no processo de tomada de poder e formação de um novo bloco histórico. Portanto, as classes sociais ou frações e coalizões de classe que queriam chegar ao controle do Estado restrito (Sociedade Política) precisam exercer sua hegemonia ideológica no campo da sociedade civil.

⁴ Getúlio Vargas estabelece medidas que propiciaram a ampliação da participação política da classe trabalhadora, marca característica do período nacional-estatista. Dentre elas, temos: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criação da carteira de trabalho, redução da jornada de

A destituição de Vargas em 1945 marca o fim do Estado Novo, mas não o encerramento das políticas trabalhistas. Seu sucessor, Marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do próprio Getúlio Vargas anos antes, liderando a chapa formada pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) chega ao poder sob a égide da democracia liberal. Porém, cabe ressaltar que algumas posturas populistas permaneceram, dentre elas o privilégio à fração industrial dentro da esfera estatal, assim como a relação extremamente autoritária com a classe trabalhadora.

Algumas medidas representam bem essa faceta, como a formação de um ministério com quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido de forte teor liberal; a intensa repressão aos sindicatos, partidos de esquerda e movimento sociais diversos; e a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um reduto de militares e empresários conservadores que anos depois fomentará as bases do golpe empresarial-militar⁵ de 1964.

Na recondução de Vargas ao executivo federal em 1950, mediante aliança populista alicerçada por membros do empresariado nacional, bem como setores da elite agrária e grande parcela do operariado urbano, seu governo ficou marcado por intensos conflitos de interesses, como destaca Dreifuss:

Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a Segunda Guerra Mundial seriam deixados nesse arranjo sem adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas. Os interesses multinacionais tentariam agressivamente mudar essa situação, justamente com interesses locais que temiam a ascendência política de Getúlio Vargas e com forças reacionárias acuadas com as medidas sociodemocráticas com as quais Getúlio parecia ameaçá-las. Derrotado por outro golpe militar em 1954, Getúlio Vargas recusou-se a renunciar e suicidou-se. Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou, na sua carta-testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas (DREIFUSS, 2008, p.42).

trabalho para oito horários, direito a férias e descansado semanal remunerados, proteção ao trabalho do menor e da mulher e etc.

⁵ A opção pelo termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964, quanto ao regime autoritário subsequente, representa um posicionamento do autor dentro dos embates inerentes a historiografia do tema. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista, que será analisada posteriormente neste trabalho, que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, esse trabalho endossa a necessidade de aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

Acreditava-se que com a morte de Getúlio Vargas morreria também o projeto trabalhista, no entanto, não foi o que se viu com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder. O que pôde ser notado a partir de 1955 foi uma remodelagem das diretrizes estatizantes através do projeto "50 anos em 5". Dentro dessa proposta foi estabelecido o Plano de Metas, que tinha o objetivo de modernizar aceleradamente o país. Os principais símbolos deste programa foram: a construção da nova capital Brasília e a abertura do mercado brasileiro para ampla entrada de capital estrangeiro, com destaque para as indústrias automobilísticas.

A reabertura do Congresso nacional, o estabelecimento de novas relações de trabalho com o desenvolvimento do setor terciário de bens e serviços, e a formação de novos segmentos laborais trouxe, segundo René Dreifuss, "características clientelistas, cartoriais, paternalistas que serviram por um breve período para reproduzir ideologicamente e recriar politicamente a ideia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípios da década de 1960" (DREIFUSS, 2008, p.36).

Em 1960, a UDN, partido político baluarte dos ideais liberais dentro do país, havia chegado ao poder máximo através da figura de Jânio Quadros, político oriundo do Estado de São Paulo, que tinha como tarefa principal "varrer" a corrupção do Brasil. Seu vice-presidente, em eleição separada, foi João Goulart, do PTB, partido varguista de agenda política oposta a do então presidente eleito.

Gestão marcada por peculiaridades como a política de distribuição de bilhetinhos; o flerte com a esquerda através da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior honraria que se poderia conferir a um estrangeiro; implantação de programa econômico de viés austero; e relação extremamente conturbada com base aliada e o Congresso nacional, constituíram elementos suficientes para gerar uma crise institucional no governo de Jânio, levando, meses depois, à sua renúncia, trazendo espanto a um país inteiro, como afirma Thomas Skidmore:

Seu gesto caiu como uma bomba sobre a nação. Os milhões de brasileiros que lhe deram o voto ficaram perplexos vendo frustradas suas melhores esperanças. Embora possa ter pensado que o Congresso o chamaria de volta dando-lhe poderes para governar ao estilo de um De Gaulle (o que aparentemente desejava), Jânio abandonou Brasília no mesmo dia e se foi incógnito (SKIDMORE, 1988, p.29).

A chegada de João Goulart à presidência da República representava a real possibilidade da liderança executiva do país ser novamente ocupada por um político trabalhista, algo que amedrontava as classes dominantes e os setores mais conservadores

da sociedade da época. Estava muito presente no imaginário popular a lembrança de João Goulart como ministro do trabalho de Getúlio Vargas.

Desta forma, após a renúncia de Jânio Quadros, membros das Forças Armadas (Ministros militares) foram contrários à assunção do político gaúcho ao governo. Isto muito se deve ao fato do político gaúcho à época ser comumente associado ao ideário comunista, tendo em vista sua militância política estar estreitamente atrelada à ampliação da participação política dos trabalhadores dentro da sociedade.

Sendo assim, Jango se constituía um novo fôlego ao projeto nacional-estatista gestado e desenvolvido na Era Vargas. Uma das principais objeções do próprio Goulart, como também do PTB e das diversas denominações no âmbito das esquerdas, as reformas de base⁶, um conjunto de políticas públicas que objetivavam a transformação estrutural da economia, sociedade e política do país, surgem como principal agenda de governo.

Bandeira tradicional dos setores trabalhistas, nacionalistas e de esquerda do país, as reformas de base não eram bem vistas pelos setores liberais e conservadores de nossa sociedade. Essa negativa de segmentos à direita do espectro político nacional às propostas reformistas de João Goulart vão justificar ações conspiratórias e golpistas que irão destituí-lo do poder em 1964, evento que daremos melhor destaque no próximo tópico.

Aquilo que queremos ensejar neste espaço é justamente o fato de que Jango teve um papel direto na atualização do projeto nacional-estatista de Getúlio Vargas para a década de 1960, através principalmente das inúmeras ações de governo em prol da ampliação da cidadania para parcelas da sociedade antes alijadas. Os altos investimentos na indústria de base, a execução do Plano Nacional de Educação, que representou a ampliação do acesso à educação escolar, o financiamento público para construção de conjuntos habitacionais, hospitais, além da concessão de benefícios previdenciários e sindicais ao trabalhador rural constituíram a nova roupagem do projeto trabalhista⁷.

Após uma breve revisão do projeto nacional-estatista, que teve em sua vertente brasileira o nome de trabalhismo, nos cabe neste momento discutir o processo de transição conceitual desse projeto de políticas públicas que marcou a primeira metade

⁶ Conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo do presidente João Goulart. Essa agenda reformista tinha como objetivo promover significativas alterações nos setores econômicos, educacional, político e agrário, visando à diminuição da desigualdade social no país.

⁷ Para melhor leitura das realizações do governo João Goulart, ler Marieta de Moraes Ferreira em “João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006”.

do século em nosso país. Portanto, vamos examinar em que momento da nossa história o trabalhismo começou a ser classificado como populismo, conceito até hoje tão usado para se referir a certas condutas políticas.

Neste sentido, Jorge Ferreira ressalta a importância de separarmos o trabalhismo do populismo como elemento elucidativo e explicativo de uma determinada temporalidade da história política brasileira. Segundo o professor da Universidade Federal Fluminense:

Trabalhismo, por sua vez, surge historicamente, a partir de 1942, traduzindo um conjunto de ideias, crenças, valores e maneiras de fazer política que passaram a integrar a cultura política no Brasil. Um processo, portanto, histórico. Trata-se, nesse caso, de compreender a classe trabalhadora como sujeito de sua história, com suas escolhas, cuja atuação nos partidos e sindicatos excedia o personalismo (FERREIRA, 2012, p.318).

Corroborando com esse pensamento, temos a contribuição de Maria Capelato no sentido de pontuar a origem do trabalhismo, como se pode ver:

O que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele propõe manter com a classe trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942 (CAPELATO, 1987, p.16).

Enquanto isso, o populismo, por sua vez, surge como um mito, como algo para ser acreditado e não discutido, que resiste às "provas empíricas" (FERREIRA, 2012, p.318). Portanto, concordamos como entendimento de que existia a necessidade de localizarmos tais conceitos (nacional-estatismo, trabalhismo e populismo) a fim de melhor problematizarmos o período de 1930 a 1964.

Compreendermos essa conjuntura política, econômica e social na qual o Brasil se localizava em meados do século XX como condição relevante para entendermos os eventos inerentes ao governo João Goulart e aos aspectos condicionantes que levaram ao rompimento democrático em 1964.

A DINÂMICA POLÍTICA MARANHENSE DURANTE O PERÍODO TRRABALHISTA.

A década de 1960 representou para muitos pesquisadores do período o momento de maior efervescência da história política nacional. Naquele período, o Brasil vivia um estágio de intensos debates e disputas em torno de um projeto de desenvolvimento mais nacionalista ou mais dependente do capital internacional, tendo em vista o contexto da Guerra Fria. No entanto, dentro da dinâmica econômica e social do país, conflitos e contradições de classe se tornavam mais fortes.

Como já vimos anteriormente, a primeira metade do século XX se configurou uma época de gênese e consolidação de um projeto nacional-estatista, tendência em muitas regiões, e que no Brasil era conhecido como Populismo, que para muitos pesquisadores melhor se definiria como trabalhismo. Esse ciclo de projeção de um aparato estatal cada vez mais forte e centralizado trouxe consequências não somente para uma reorganização da política nacional, mas também nos ditames das governanças locais, como no caso do estado do Maranhão, objeto de nossa reflexão a partir de agora.

Portanto, é de extrema relevância que discutamos a dinâmica política maranhense nos idos dos anos de 1960. Qualquer reflexão que se proponha a examinar determinados eventos históricos da política nacional sob o prisma dos meios de comunicação regionais, como substrato para o ensino de história do Maranhão, não pode estar desvinculada de uma discussão paralela a respeito da conjuntura política do Estado.

Para pensarmos a história política maranhense na década de 1960 é primordial discutirmos alguns pontos de matriz teórica. O desenvolvimento das relações políticas no Maranhão sempre esteve pautado em ligações de grupos políticos oligárquicos. Essa tradição de fazer política em nossa região não é peculiar apenas ao século XX, mas traz uma herança do fim do período imperial. Neste sentido, entender qual a ressonância dos eventos políticos de conjuntura nacional no Maranhão, mesmo que pelo olhar dos jornais locais, durante o governo de João Goulart (1961-1964), exige uma percepção das nuances políticas locais e como dialogava a classe administrativa daqui com a esfera federal.

Toda análise que se debruça sobre os aspectos da política do Maranhão necessariamente têm de estar relacionada à formação do Estado brasileiro no sentido de entender que as relações entre sociedade e Estado, levando em consideração os laços entre poder executivo central e instâncias governativas regionais, sempre estiveram pautadas em relações patrimonialistas, como afirma Flávio Reis:

No caso brasileiro, a cooperação a partir das instâncias centrais de governo tornou-se um dos elementos nucleares da formação da estrutura moderna de poder, submetendo as áreas periféricas ou decadentes, mais afeitas à dominação patrimonialista, em contraponto a uma área dinâmica baseada em eixos de representação de base contratual (REIS, 2007, p. 20).

Portanto, entender o contexto político maranhense em tempos de trabalhismo é compreender que o Estado brasileiro conseguiu se expandir mediante estabelecimento de ligações com os setores oligárquicos regionais. Para isso, era essencial o apoio desses poderes privados, representados pelas autoridades locais, que se tornavam fortes a partir do momento que ganhavam significação no bojo da utilização das benesses do poder público. Destarte, levamos em consideração a reflexão de Flávio Reis sobre oligarquia:

A categoria dos políticos que exercem as funções de mediação entre província (Estado) e governo central e de organizações da disputa política no âmbito regional, analisando a constituição desse tipo de ator através de um estudo centrado no caso do Maranhão, uma província (Estado) periférica do nascente Estado Nacional (REIS, 2007, p.22).

Essa consideração nos leva a perceber que a maneira como o Brasil se organizou administrativamente, na transição do Império para República, alicerçada numa essência federalista, se baseou muito mais num compromisso entre grupos oligárquicos locais e o poder executivo central. Estas relações construídas até então ajudam a explicar a forte tradição oligárquica da política maranhense, herança presente até dos dias atuais.

Diante disso, resgatar as especificidades da política maranhense nos anos 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista no país, se tornar uma tarefa mais exitosa no sentido de que podemos conceber esse período histórico a partir da dinâmica relação entre interesses privados e públicos a partir das ligações entre as esferas regionais e o poder central. Sendo assim, cabe-nos localizar a prática política local entre o período de 1945 a 1964.

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas terminava também o período de gestão dos interventores⁸ nos Estados. Essa mudança obviamente trouxe consideráveis mudanças nos ditames administrativos regionais, no Maranhão esse processo não foi diferente. Existe na historiografia maranhense uma leitura hegemônica de que durante o período de redemocratização, pós-1945, o interventor Paulo Ramos não conseguira

⁸ Prática política adotada por Getúlio Vargas para designar correligionários para os governos das federações sem processo eleitoral qualquer.

estender sua influência política aos anos seguintes, como afirma o historiador Wagner Cabral:

Com efeito, Paulo Ramos não foi bem sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB, legenda pouco expressiva a nível regional, pela qual foi eleito para um único mandato parlamentar (deputado federal, 1950/1954) (CABRAL, 2006, p.35).

Reforçando essa tese, Flávio Reis aprofunda no sentido de apontar a decadência política do interventor Paulo Ramos e destacar a ascensão de Victorino Freire, estudante de direito pernambucano que faria carreira política no Estado do Maranhão:

No Maranhão, Paulo Ramos, ao contrário de outros interventores do Nordeste, não conseguiu comandar o processo eleitoral na saída do Estado Novo. Pediu demissão quando percebeu que se desenhava a influência decisiva do pernambucano Victorino Freire na política estadual, devido a sua proximidade com Gaspar Dutra, o candidato indicado para a presidência por Vargas (REIS, 2007, p.214).

Figura mais representativa do PSD, legenda partidária de grande projeção nacional e responsável pela sustentação dos mandonismos locais, Victorino Freire se tornara figura hegemônica na política maranhense até o ano de 1965, quando José Sarney se elege pelo Governador do Maranhão. Nesse ínterim (1945 a 1965), o habilidoso político pernambucano conseguirá reorganizar as bases locais do PSD para as eleições de 1945, logrando êxito nas mesmas ao eleger dois senadores, seis deputados federais, além de ser primordial na escolha do então novo interventor no Maranhão, Saturnino Bello.

A supremacia política vitorinista nem de longe navegou por águas tranquilas, sua dominação era contestada constantemente através de sistemáticas ações de oposição. Dentro do próprio partido se enfrentava resistência ao seu poder, o que posteriormente acabou influenciando em sua saída momentânea para uma legenda de aluguel (Partido Proletário Brasileiro), o resultado dessa crise é relatado na fala de Flávio Reis:

Depois da vitória em 1951, ele recuperou a sigla do PSD, montando uma máquina política famosa pelos atos de violência e manipulação das eleições, capaz de assegurar uma cadeira senatorial ao conhecido empresário das comunicações Assis Chateaubriand, derrotado na terra natal, a Paraíba, mas imprescindível para os políticos nacionais do PSD, às voltas com a costura da candidatura de Juscelino Kubitschek. (REIS, 2007, p.218).

No entanto, esse não foi o único momento que Victorino Freire enfrentou resistência política. Os arranjos partidários de oposição se movimentavam a todo instante no sentido de retirar forças e cargos do político pernambucano. As chamadas Oposições Coligadas, frente política de contestação à hegemonia vitorinista, aglutinavam diferentes quadros políticos locais, desde os mais tradicionais, alijados do poder, até os mais novos, como o então advogado e escritor José Sarney. Sobre essa corrente política Wagner Cabral disserta:

As Oposições Coligadas se apresentaram em todos os pleitos ocorridos no período 1950/1965, tendo uma composição partidária variável segundo as conjunturas. Conforme definição elaborada por Neiva Moreira, a coligação não era de esquerda, porém “representava um passo à frente no quadro político e social do estado, dominado pelas oligarquias rurais”. Era “inegavelmente um movimento progressista”, apoiado virtualmente por todos os sindicatos de São Luís (“inclusive os mais atuantes, como o dos Estivadores e Comerciantes”), desfrutando de “uma grande simpatia no seio da classe média e das populações marginalizadas dos subúrbios” (CABRAL, 2006, p. 38).

No seio das Oposições Coligadas estava o Partido Social Progressista (PSP), segunda maior legenda estadual e capitã do movimento oposicionista. Vale pontuar o papel de destaque de Adhemar de Barros no processo de financiamento do partido, governador paulista que era a maior referência nacional do partido. Embora jamais tivesse alçado ao cargo de maior poder político do estado, as Oposições Coligadas conseguiram eleger vários nomes para os cargos do legislativo.

Porém, o feito de maior projeção histórica dessa frente de oposição a Victorino Freire foi articular a famosa Greve de 1951. Esse movimento grevista se deu em protesto à posse do então novo governador Eugenio Barros⁹ do PSD, e apadrinhado político de Victorino. Apontada pelos jornais da época como a “Rebelião do Maranhão”, alçando a cidade de São Luís ao patamar de “Ilha Rebelde”, a greve de

⁹ Foi um advogado, promotor público e político brasileiro. Vereador à câmara municipal da capital maranhense São Luís entre 1947 a 1950, Deputado Estadual de 1950 a 1954, Deputado Federal de 1954 a 1958 e de 1958 a 1962, pelo PSD. Em 1954, renuncia à suplência de senador para possibilitar a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado pelo Maranhão, em 1955. No governo de Matos Carvalho, ocupa a secretaria de Interior, Justiça e Segurança, no exercício da qual se habilita a candidatar-se a governador. Vitorioso no pleito de 1960 juntamente com o seu vice na chapa Alfredo Duailibe. Ele foi o último governador eleito pelo grupo chefiado à época pelo o Senador Vitorino Freire, com quem rompe em 1964. (Fonte: <https://www.blogsoestado.com/buzar/2014/10/05/os-governadores-do-maranhao-de-1947-a-2014os-maranhenses-saberao-hoje-o-nome-do-governador-que-assumira-o-comando-do-poder-executivo-estadual-a-1o-de-janeiro-de-2015-da-redemocratizacao-do-pais-19/>).

1951 paralisou a capital maranhense em dois momentos: fevereiro/março (por volta de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias).

A grande mobilização de pessoas contra ações do grupo político de Victorino Freire gerou confrontos que resultaram depredações, prisões e mortes. A repercussão foi das maiores, o desgaste da oligarquia vitorinista também. No entanto, o protesto liderado pela frente oposicionista foi derrotado após dias de conflito. Posterior à revolta, Eugenio Barros continuou seu mandato. Logo depois o Estado do Maranhão foi governado por Alderico Novaes Machado, Eurico Ribeiro e José de Matos Carvalho, todos com mandatos curtos e de pouca relevância histórica, a não ser o fato de que estes eram também ligados a Victorino Freire.

A última mostra de poder por parte de Victorino Freire na política maranhense foi arquitetar a chegada de Newton de Barros Belo¹⁰ ao governo do Maranhão em 1961. Sobre este período Flávio Reis nos traz importante contribuição:

O domínio de Victorino Freire na política maranhense esteve marcado por uma sucessão de crises políticas, enfrentando constantes dissidências dentro do PSD e conseguindo contornar o cerco ao Palácio dos Leões graças a manobras quase inacreditáveis na Assembleia Legislativa e no Judiciário, sempre referendadas nos altos escalões da República. A conjunção do enfraquecimento no plano nacional, devido à crise do esquema de sustentação do PSD, e o rompimento com o governador Newton Bello, um dos vários que surgiram à sua sombra, formam o quadro de derrocada do vitorinismo (REIS, 2007, p.218).

Como podemos perceber o período em que se inicia o processo de decadência política de Victorino Freire, figura hegemônica e de maior representação do mandonismo oligárquico local nas décadas de 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista nacional, se dá paralelamente ao momento em que ascende à presidência da República João Goulart do PTB, evento que vai mudar e reorganizar a política como um todo no Brasil.

¹⁰ Foi um advogado, promotor público e político brasileiro. Vereador à câmara municipal da capital maranhense São Luís entre 1947 a 1950, Deputado Estadual de 1950 a 1954, Deputado Federal de 1954 a 1958 e de 1958 a 1962, pelo PSD. Em 1954, renuncia à suplência de senador para possibilitar a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado pelo Maranhão, em 1955. No governo de Matos Carvalho, ocupa a secretaria de Interior, Justiça e Segurança, no exercício da qual se habilita a candidatar-se a governador. Vitorioso no pleito de 1960 juntamente com o seu vice na chapa Alfredo Duailibe. Ele foi o último governador eleito pelo grupo chefiado à época pelo o Senador Vitorino Freire, com quem rompe em 1964. (Fonte: <https://www.blogsoestado.com/buzar/2014/10/05/os-governadores-do-maranhao-de-1947-a-2014os-maranhenses-saberao-hoje-o-nome-do-governador-que-assumira-o-comando-do-poder-executivo-estadual-a-1o-de-janeiro-de-2015-da-redemocratizacao-do-pais-19/>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, a historiografia traz uma importante contribuição no que se refere aos estudos acerca do trabalhismo como experiência nacional-estatista percebida em uma grande estrutura, assim como sobre a dinâmica política do Maranhão durante esses anos. Conclui-se, assim, que a compreensão da conjuntura política maranhense durante as décadas de 1940 a 1960 não podem ser interpretadas de forma dissociada da leitura política nacional.

Compreende que o desenvolvimento das forças políticas locais foi sustentado por alianças entre tradicionais quadros políticos regionais e nomes de projeção nacional no campo da esfera executiva e legislativa principalmente. Tal reflexão se faz necessário para o exercício de qualquer investigação histórica que concentre atenções durante o período hegemonicamente interpretado como era populista do Brasil.

REFERÊNCIAS

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edefma, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. – 3 e.d. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

IANNI, OCTÁVIO. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.